MULHER, TEXTO E IDEOLOGIA (problemas teóricos e metodológicos)

LUÍS FILIPE RIBEIRO

Pode parecer aventurosa a decisão de pretender demonstrar que o campo da literatura pode constituir-se em espaço privilegiado para o estudo dos problemas relativos à mulher. Entretanto, tal é o objetivo do presente trabalho. Tanto mais pretensioso quanto à limitação de tempo e espaço hão de corresponder a complexidade do tema e a dificuldade de sua fundamentação. Posto o desafio, empreendamos a aventura.

E fazê-lo significa, de saída, defrontar-se com um primeiro obstáculo de tipo epistemológico: o preconceito cientificista. Consiste ele em atribuir eficácia epistêmica, exclusivamente, ao discurso científico, excluindo assim do acesso fecundo ao "real" uma massa enorme de discursos produzidos pela sociedade. Tal delimitação tem origens claramente conhecidas, mas não justifica a sua sobrevivência após tantos anos de desenvolvimento das ciências do homem. Pois dividir o universo simbólico de uma sociedade em condomínios mais ou menos estanques não constitui, por certo, atitude científica. O que se pode e se deve postular é que os discursos sociais se constituem a partir de articulações distintas e são, logicamente, dotados de potência epistêmica diferente, mas sem, jamais, por causa disto, estabelecer uma hierarquia discursiva insustentável. Em realidade, são as condições de produção de um discurso que lhe definem a estruturação básica. No caso dos discursos científicos, a sua produção, via de regra, ocorre em espaços institucionalizados como as universidades e centros de pesquisa, o que os dota de uma legitimidade socialmente sacramentada. Outros discursos emergem de instituições de tipo distinto, auferindo legitimidade diversa. Por exemplo, o discurso religioso ou o discurso da imprensa. Mas o obstáculo cientificista sustenta-se, ademais da institucionalização do fazer acadêmico, em um tipo de articulação interna do discurso da ciência que o diferencia de outros discursos sociais. Estudar tal articulação e mostrar seus fundamentos é parte de uma proposta como esta, pois os diferentes modos de articulação discursiva poderão mostrar que, tematizando uma mesma região do "real", discursos diferentes poderão desvendar-lhe determinações objetivas de tipo diverso, contribuindo para seu conhecimento mais global e profundo. Por outro lado, se o conjunto dos discursos não-científicos da sociedade não objetivam um tipo qualquer de acesso ao "real", não se poderia saber para que foram produzidos e postos em circulação. Pode-se, perfeitamente, postular que saberes diferentes serão produzidos pelos distintos discursos. Mas diferentes não significa, de modo algum, escala hierárquica no conhecimento do "real".

Luís Filipe Ribeiro é professor na Universidade Federal Fluminense (RJ).

Assim, o discurso científico poderá apreender determinado tipo de estruturação do "real", enquanto, por exemplo, o discurso literário desvendará outros aspectos que terão escapado às malhas articulatórias daquele. Levando tal proposta um pouco mais longe, pode-se defender a hipótese de que o discurso da ciência organiza-se, fundamentalmente, sobre conceitos que, por definição, constituem a categoria do universal. Seu *modus operandi* é o das abstrações generalizantes, em que o "real" é descarnado de forma a revelar sua ossatura constitutiva, que outra coisa não é que o conjunto de invariantes capazes de dotar de alguma coerência um conjunto de fenômenos, de outro modo inapreensível. E outra não poderia ser sua vocação, uma vez que objetiva alcançar a "essência" fenomenal da realidade de que se ocupa. O que não impede que outros discursos perscrutem essa mesma realidade em busca, não do esqueleto que a sustenta e articula, mas de uma carneção que o recobre, de um sistema orgânico que, a partir dele, se organiza. Em suma, de outras determinações, menos universais talvez, mas igualmente importantes para o conhecimento. No caso do discurso literário, podemos afirmar que ele se articula sobre vivências e não sobre conceitos. Ele se movimenta não nas abstrações geométricas do universal, mas em regiões mais palpáveis e imperfeitas, ainda que não concretamente singulares. Sua esfera de organização é a da categoria do particular, mediadora entre a imediatez inapreensível do singular e a abstração conceitual do universal. Movendo-se dialeticamente entre os dois pólos que intermedia, esta categoria conceitualiza sem abstrair, concretiza sem opacificar.

Assim, o discurso literário busca no "real" as articulações que o relacionam com o ser humano, não nas determinações mais genéricas do conceito, mas nas concretizações que prendam em suas malhas a vivência emocional da experiência social. Onde o conceito descarnado deixa escapar a paixão que cobre o esqueleto social, o discurso literário, operando ao nível do particular, apreende-a e organiza-a de forma a dotá-la de significação.

Assim sendo, não há como justificar um privilégio de acesso ao "real". Ao contrário, a capacidade distinta de cada tipo discursivo permite um conhecimento mais amplo e diversificado dos objetos em estudo. Restaria apontar, ainda, que é a própria organização da sociedade e, portanto, de sua produção de bens simbólicos que procura legitimar um tipo de acesso ao "real" e deslegitimar outro. O discurso da arte, de modo geral, e o da literatura, em particular, são etiquetados como "fantasiosos", "ficcionalis", "irreais", com o que se lhes retira a legitimidade epistêmica, destinando-os a um exílio em espaços onde a contradição social é menos conflitiva. E tal discriminação é excelente argumento contrário ao preconceito cientificista: se o discurso literário é tão inofensivo, por que o poder sempre tenta exilá-lo de sua república?

Ora, ao operar ao nível do vivencial, o discurso literário nos permite o acesso aos modos como as diferentes sociedades, ou as diferentes configurações históricas de uma mesma sociedade, "sentiram" os conflitos que lhes impulsavam o desenvolvimento. Pois não basta saber como a luta de classes dinamiza a história, é necessário poder apreender como as "individualidades" a viveram. Só assim o processo evolutivo ganhará uma concretude humana e o calor da paixão, sem os quais o esqueleto social não

tem qualquer interesse além da arqueologia dos modos de produção. Assim, pode-se dizer que o preço da racionalidade científica é a perda dos significados mais emocionais e vivenciais; ao mesmo tempo em que a arte paga, pela construção do humano vivido e sentido, com o afastamento de uma lógica dominante e com a constituição de outra, nem melhor, nem pior, diferente.

No caso específico dos problemas relativos à mulher, parece claro o tipo de horizonte que tal conjugação discursiva poderá oferecer. Sem a análise das ciências sociais, não há como entender a organização da sociedade e da sua produção, o regime de propriedade e os sistemas de dominação.

Mas, sem o discurso literário, tais determinações gerais não darão acesso à forma vivencial como foram elas sentidas e mentadas. Acresce que, por um lapso histórico muito amplo e ainda não encerrado, boa parte, senão a maioria, dos problemas relativos à mulher tiveram como cenário o recôndito dos lares, a morna atmosfera das alcovas, quando não a escuridão úmida dos porões ou a sensualidade coletiva das senzalas. E como o conceito generalizador da ciência poderá conduzir-nos, ainda hoje, a tais cenários e dramas? Por outro lado, se o literário se articula pelo sensível, pelo vivencial, que campo mais fecundo para captar sinais de como as mulheres, além dos homens, sentiram de modo particular os conflitos de que foram atores? Se há uma acusação — discutível, em parte — de que a ciência é sexista, o discurso da literatura será menos facilmente alvo de tais asserções, já que a mulher sempre esteve mais presente — ainda que muitas vezes pouco — à sua feitura do que no caso do discurso científico. Acrescente-se a isto o fato de que, na circulação e no consumo, a mulher foi sempre número muito ponderável no campo literário.

Todo discurso, por outra parte, constitui-se a partir de uma complexa relação entre dois sistemas: o da enunciação e o do enunciado. Este último confunde-se na superfície com a noção de texto, face visível do discurso. Aquele resume-se nas condições e regras de produção que tornam possível a existência deste último. De um lado o processo de produção, de outro o produto, em íntima e indissolúvel relação dinâmica. O tipo de relação que venha a se estabelecer entre estes dois sistemas é definidor do discurso produzido. Assim, as regras que presidem a feitura de um texto científico são essencialmente diferentes daquelas que delineiam, por exemplo, a redação de um manifesto político. As intenções, que são efetivamente distintas, traduzem-se em mecanismos de operação textual diferentes. A própria institucionalização do fazer discursivo apresenta moldes distintos, dependendo de que discurso se trate. Se um se produz nos laboratórios universitários, outro nasce nas redações de jornais; uns se produzem na solidão do escritório, outros nascem do consenso de um partido ou agremiação. Uns pressupõem para sua feitura um tipo de acumulação cultural ou um ritual produtivo, outros se originam de uma relação quase intuitiva de seu produtor com a cultura. E assim por diante.

Entretanto, as condições de enunciação não constituem um elemento externo ao texto final. Ao contrário, elas deixam suas marcas no próprio produto, assim como em qualquer obra humana fica a marca da mão que

a produziu. Sabendo ler o texto, saber-se-á ler a organização social que possibilitou sua existência. Este é um aspecto metodológico da maior importância e cujo desenvolvimento atual já permite fecundíssimas incursões na análise dos discursos.

E é este outro obstáculo epistemológico que necessita ser superado, para uma teorização mais sólida do objeto de estudo da literatura. Desta vez, ele não se encontra localizado em campos exteriores, como no caso do preconceito cientificista, mas dentro de suas próprias fronteiras. Consiste, fundamentalmente, em conceber o discurso literário exclusivamente como texto. Este, enquanto organização formal, é parte constitutiva básica do discurso, mas com ele não se confunde, uma vez que este último compreende um complexo sistema de produção e só se realiza socialmente num sistema de circulação e consumo historicamente determinado. O texto é a superfície aparente de um processo e não subsiste sem a fecundação de uma leitura sempre renovada. Cada leitura implica uma série de determinações sociais, uma estrutura cultural e uma datação histórica. Um mesmo texto submetido a diferentes procedimentos constituirá discursos distintos. Assim, as condições de produção poderão estar distanciadas das condições de consumo sem que o discurso deixe de ser historicamente marcado. Neste caso, ele estará configurando uma relação entre duas experiências históricas distintas, e esta será, radicalmente, a sua historicidade. O discurso é, assim, uma complexa relação social cujo elemento catalizador é o texto, espaço em que se cruzam e se fecundam práticas sociais diferentes e experiências históricas distanciadas. E é exatamente a possibilidade de confrontarem-se práticas sociais distanciadas, seja no tempo, seja no espaço, que garante ao texto a sua sobrevivência histórica, sustentando a produção de diferentes discursos. Todos entretanto compartilhando uma série de invariantes estruturais que são, em última instância, as marcas de sua origem, o seu sistema de enunciação cristalizado no texto.

Dentre as condições de produção de um texto, tem importância básica o fato de ele ser constituído pela linguagem verbal humana. Esta, como um instrumento de organização e entendimento da experiência humana, apresenta a característica de ser, necessariamente, fragmentária. A experiência humana, ao contrário, tende a ser dotada de um caráter sempre contínuo e essencialmente indivisível. Ela é da ordem da totalidade. A própria "realidade" apresenta a característica de mostrar-se à observação como um *continuum*. É a linguagem, na sua fragmentariedade, que a divide e organiza. É na linguagem que a experiência se torna linear, temporalizada e ordenada, exatamente porque a linguagem desenvolve-se sempre linearmente, segue uma ordem, numa linha temporal qualquer. Pode-se afirmar que a linguagem é o instrumento de que se serve a sociedade para dividir e reordenar a experiência, dando-lhe um sentido. Decorre disto que a linguagem é sempre decomponível em elementos constitutivos; que ela é divisível. Tal divisibilidade deixa entrever que os elementos que compõem suas manifestações ordenam-se segundo regras e procedimentos estritos, que ela é governada por uma sistemática legal que se traduz na sintaxe do texto. Tal sistemática está instituindo, na produção textual, um complexo sistema de escolhas. Diante de cada situação da experiência, o falante está submetido a um nú-

mero relativamente numeroso de opções para verbalizá-la. Desde o nível fonológico, passando pela seleção do vocabulário, pelo torneio da frase, pela escolha das alternativas semânticas e estilísticas, as eleições se sucedem e se complexificam. E se existem alternativas, há que perguntar-se o que preside e dá coerência às escolhas efetivamente realizadas, em cada caso concreto. Respondê-lo significa, antes de mais nada, observar que a uma mesma "realidade" podem corresponder verbalizações diferentes, sem que uma seja necessariamente mais verdadeira que outras. Não será certamente a objetividade quem estará, então, presidindo tais processos de produção textual. Por outro lado, tais escolhas nem sempre são conscientes, e, se o fossem, isto tornaria extremamente antieconômica a comunicação humana. Há uma ordem de valores que funciona como uma matriz que ordena e dá coerência a esse conjunto complexo de escolhas e opções. Se a chamarmos de ideologia, não estaremos longe de uma conceituação fecunda. Pois o que é a ideologia senão o sistema de valores que dota de sentido o conjunto das experiências humanas, seja do indivíduo, seja do grupo ou da classe social inteira? Assim, é pensável que o sistema ideológico esteja presidindo todas as condutas do homem, entre elas a lingüística. Principalmente aqui, onde é o conjunto da experiência social que está sendo organizado para ser entendido.

Ora, uma tal organização da experiência não pode ser "objetiva", pelo menos no sentido que o termo costuma ter no campo do discurso científico, já que resulta de opções comandadas por uma matriz lingüística e semântica, cujo objetivo operacional não é a verdade. Com a linguagem, o homem refere-se ao mundo, não o reproduz; significa-o, não o reflete. E o referir-se está sempre lastrado ideologicamente. Além disso, no texto pronto, o que se vê e se deixa ler oculta todo um universo de alternativas rejeitadas, igualmente capazes de referirem-se ao mesmo acontecimento, experiência ou vivência. A forma escolhida é reveladora, então, de uma preferência, cuja sustentação última estriba no alocamento social, cultural e ideológico do falante, já que qualquer opção implica um sistema de valores que a possibilite. E como tal preferência, em muitos dos seus níveis, se dá sem a plena participação da consciência individual, não há como não vermos aí uma evidente manifestação do processo ideológico.

Este processo, tal como o concebemos, tem como meio de manifestação as diferentes linguagens de que se serve o homem e não apresenta nenhuma consistência empírica. Ele funciona a partir de uma matriz capaz de dotar condutas e discursos de uma coerência axiológica qualquer. Não constitui um nível do discurso, mas os atravessa todos, regendo as suas constituições formais. Ele está presente não só em todos os níveis de um discurso, como em qualquer tipo de discurso, aí incluído o científico.

A consequência mais imediata que se pode tirar disso, relativamente ao aspecto que centraliza este trabalho, é que os discursos literários oferecem uma exposição detalhada das ideologias que estiverem presentes à sua elaboração, ou seja, das ideologias socialmente vigentes quando foram escritos. E se há um problema em que o estudo da ideologia seja importante, é ele o da mulher. Em geral as mulheres não foram, e ainda não são, detentoras dos instrumentos de produção na área dos bens simbólicos. Isto quer significar

que os discursos em que a mulher é tematizada foram produzidos basicamente por homens. Poder identificar as coordenadas ideológicas que orientaram a sua produção é, sem dúvida, possibilidade estratégica nada desprezível. E, mesmo quando mulheres produziram discursos literários, resta a indagação de se elas conseguiram afastar-se da deriva literária dominante, em que os homens detinham o timão e a carta de navegação. Adiantando possibilidades futuras: haverá condições de identificar-se, caso exista, uma ideologia feminina operando na feitura de textos literários?

Outro aspecto da maior importância é o da constituição discursiva do literário. No caso da prosa de ficção, que tem sido objeto mais detido de nossa pesquisa, o texto literário constitui-se sempre articulado sobre um conflito ideológico. Uma narrativa literária extrai seu interesse e sua dinâmica do fato de colocar em cena personagens em situações de conflito que demandam posicionamento e soluções. Tais situações de conflito originam-se de posturas divergentes e análises distintas de fatos humanos, cuja base de sustentação está nos sistemas de valores que constituem o universo ético das personagens. Tal fato conduz à conclusão de que, num texto literário, estão presentes, como elementos constitutivos, ideologias diferentes ou versões divergentes da mesma ideologia. No caso de um único conflito catalizador, ainda que manifestado através de um número considerável de personagens, teremos pelo menos duas ideologias explicitadas no texto; podendo também ser considerada a hipótese de mais de um conflito organizar o universo ficcional, caso em que um número mais considerável de formações ideológicas far-se-ia presente. Quer parecer, assim, que um texto de ficção pode ser um instrumento capaz de cristalizar a configuração do universo ideológico de uma sociedade, ou, pelo menos, parcela considerável dele. Baseados em tal compreensão do texto literário, podemos vê-lo sob outra luz e postular que, numa sociedade cindida em classes e segmentos de classes com interesses conflitivos, ele pode conter e preservar os sistemas ideológicos dominados em cada momento histórico da sociedade. O campo da literatura torna-se, assim, imprescindível para o conhecimento não só das ideologias dominantes, aliás acessíveis em outros discursos, mas, e principalmente, das ideologias dominadas e recalçadas no perene conflito social.

Um passo adiante e podemos vislumbrar outra brecha de enorme importância para o estudo dos problemas relativos à mulher. Ela consiste no fato de que, para tornar presentes num texto literário ideologias divergentes, o narrador é obrigado a dar voz às suas personagens, deixá-las falar o seu próprio discurso, mesmo quando não concordem com o dele. Isto constitui o texto narrativo como uma unidade plurilingüística ou polifônica como quer Mikhail Bakhtin. Aí se configuram os discursos das personagens situadas em sistemas ideológicos diferenciados, constituindo assim um espaço em que as vozes recalçadas ao nível do social se fazem ouvir. Se levamos em consideração o fato de que os discursos da ciência têm como modo articulatório o monologismo, em que apenas uma dimensão axiológica ordena o texto, o discurso literário revela sua vocação para a heterodoxia ideológica. Isto não significa, por outro lado, que ele próprio, enquanto estrutura global, não seja dotado de uma coerência ideológica. Esta se revela no posicionamento do narrador relativamente aos conflitos ideológicos postulados por

seu texto e há de configurar o que denominamos de ideologia *do* texto, em oposição às ideologias *no* texto, que são aquelas estruturadoras dos conflitos citados. Como já desenvolvemos longamente esta hipótese alhures, e impossibilitados de desenhá-la mais em detalhe neste trabalho, dispensamos de mais acrescentamentos.

Ora, tal possibilidade é rica de promessas no trabalho de levantamento arqueológico de ideologias, principalmente as recalçadas. Claro que é sempre possível ocorrer que, dentro do universo experiencial de uma classe, ou de um setor de classe, atuem ideologias diversas e, ao mesmo tempo, dele estejam excluídas outras relativas a práticas de outras classes. Isto sucede sempre que as barreiras entre as classes são quase que completamente infranqueáveis. Penso, explicitamente, na realidade social do nosso século XIX, em que as vivências dos escravos escapam a todas as malhas discursivas, literárias ou não, que se teceram naquele então. Com o que perdemos a possibilidade de reconstruir arqueologicamente a forma como os diversos grupos escravizados viviam e sentiam as suas relações com o social. Apenas sobrevivem algumas práticas religiosas, musicais e folclóricas que nos informam de uma riqueza imensa, sem entretanto abrir-nos um acesso mais promissor até ela.

Tudo isto conduz a um conjunto de argumentos que indicam que o universo dos discursos literários é um campo de pesquisas muito fértil para a pesquisa social, além de oferecer possibilidades de acesso a formações ideológicas até aqui desconhecidas ou inapreensíveis com os instrumentos de investigação disponíveis. Claro está que é, igualmente, um campo minado de problemas e desafios de monta. A teoria encontra-se em fase de elaboração e fundamentação já bastante adiantada, enquanto o desenvolvimento metodológico, ainda que um pouco em retardo, já oferece algum tipo de rigor e segurança epistêmica. Assim, no bojo de uma semiótica dos discursos, podemos acumular conhecimentos que, iluminando sob perspectiva nova realidades já estudadas, ou mesmo esquadrinhando recantos antes relegados pelas ciências do homem, certamente alterarão nossa concepção sobre o que é e o que foi a sociedade que nos compete transformar.